

**CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR
- CODEFAT -**

ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

Data: 19 de fevereiro de 2003

Local: Sala de Reuniões da Secretaria Executiva, 4º Andar do MTE

Participantes: Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Presidente e Conselheiro Titular Representante da CGT; Remígio Todeschini, Vice-Presidente e Representante Titular do MTE; Carlos Augusto Simões Gonçalves Junior, Secretário-Executivo do CODEFAT; Maria Isabel Rezende Aboim, Conselheira Suplente Representante do BNDES; Celecino de Carvalho Filho, Conselheiro Suplente Representante do MPS; Edilson Guimarães, Conselheiro Suplente Representante do MAPA; Juraci Moreira Souto, Conselheiro Suplente Representante da CUT; Luiz Fernando de Souza Emediato, Conselheiro Suplente Representante da Força Sindical; Pedro César Aguilar Perez, Conselheiro Suplente Representante da SDS; Lourival Novaes Dantas, Conselheiro Titular Representante da CNI; Luis Gil Siuffo Pereira, Conselheiro Titular Representante da CNC; Rodolfo Tavares, Conselheiro Titular Representante da CNA; Alencar Naul Rossi, Conselheiro Suplente Representante da CNF. Convidados: Jaques Wagner, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; Sandra Starling, Secretária Executiva do MTE; Dulce Tanuri, Secretária de Trabalho do Distrito Federal, representando o FONSET.

Aos dezanove dias do mês de fevereiro de dois mil e três, no Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e Emprego, teve início a Septuagésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, sob a presidência do Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da CGT. I – ABERTURA DOS TRABALHOS PELO PRESIDENTE DO CODEFAT. O Presidente do CODEFAT declarou aberta a Reunião, manifestando votos de boas-vindas ao Ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, bem como fez a apresentação dos demais membros do Conselho, e, também, do novo Secretário-Executivo do CODEFAT. Em seguida, o Ministro pronunciou-se, apresentando a Secretária-Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego, Sra. Sandra Starling, e cientificando a nomeação do Sr. Remígio Todeschini para Secretário de Políticas Públicas de Emprego. Externou sua admiração e carinho pelo CODEFAT como instância deliberativa, observando que o Conselho refletia a concepção do novo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. Destacou a

possibilidade de entendimento entre a sociedade e o governo e, também, a difícil condição macroeconômica do País. O Ministro manifestou a necessidade de constituição de um grupo de trabalho com objetivo de repensar ou reformatar os diversos programas geridos pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador. Referiu-se à agenda positiva do MTE, destacando: a formatação do Programa do Primeiro Emprego para a juventude e a montagem do Fórum Nacional de Trabalho, onde os protagonistas empresários e empregados poderiam estabelecer um novo patamar de entendimento, visando criar um ambiente de geração de emprego e de desenvolvimento. Comentou sobre a divulgação do IBGE da Pesquisa Sindical na presente data e finalizando, observou que os recursos do FAT deveriam ser tratados de forma a atender ao que a sociedade almejava e que Ministério do Trabalho e Emprego pretendia participar com mais determinação na discussão daquela questão. Agradeceu a oportunidade e manifestou que estaria presente em outras ocasiões. O Presidente agradeceu a presença do Ministro e passou aos itens de pauta. II – ASSUNTOS SUJEITOS À DELIBERAÇÃO. ITEM 1 - Aprovação da Ata da 73ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de novembro de 2002. Colocada em apreciação, a Ata foi considerada aprovada. ITEM 2 – Ratificação da Resolução nº 312, de 10 de fevereiro de 2003, que autoriza a alocação de recursos do FAT no Banco do Brasil, para aplicação no PROGER – Urbano (R\$ 100 milhões). Colocada em apreciação, a Resolução foi ratificada pelo Conselho. ITEM 3 – Criação de Grupo de Trabalho para reformatação institucional de todos os programas do FAT. O Presidente observou tratar-se de um grupo de estudo sobre as ações financiadas com recursos do FAT, conforme colocado pelo Ministro, estando o encaminhamento técnico a cargo da equipe do MTE, que apresentaria ao Conselho a proposta de criação do Grupo e seus objetivos, passando, em seguida, a palavra ao Conselheiro Titular Representante do MTE e Vice-Presidente do CODEFAT, Sr. Remígio Todeschini. O Vice-Presidente enfatizou a necessidade, anteriormente comentada pelo Ministro do Trabalho e Emprego, de reformatação dos Programas de domínio do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Citou, como exemplo, algumas questões que deveriam ser repensadas pelo grupo de trabalho a ser criado, tais como: 1) qualificação profissional: aprofundamento dos conceitos, aperfeiçoamento da aprendizagem e certificação profissional; 2) seguro-desemprego: uma forma de vínculo com algum trabalho social; e, 3) Intermediação: o papel das parcerias nacionais. Observou que a idéia do Ministério seria o próprio Grupo de Apoio Permanente ao CODEFAT fazer o estudo, em um curto espaço de tempo, de modo a obter critérios basilares para se avançar, ou seja, continuar atuando nos programas existentes, porém de forma mais integrada aperfeiçoando, inclusive, a supervisão e os controles. Concluiu, destacando que a preocupação central era poder dialogar com todos os atores em busca de consenso, visando uma nova formatação dos programas. A seguir, o Presidente abriu a palavra aos demais Conselheiros. O Conselheiro Suplente Representante da CNF, Sr. Alencar Naul Rossi, primeiramente, manifestou seu contentamento quanto à saudação feita pelo Ministro Jaques Wagner. Em seguida, registrou sua concordância com a necessidade de reformulação dos programas e das políticas públicas de emprego. Considerou que um grupo de trabalho, com prazo e programa de trabalho definidos e

com uma abrangência tão ampla, como foi sugerida, deveria ser constituído com um perfil especial. Nesse sentido, sugeriu que as discussões fossem realizadas dentro do espírito tripartite que impera no Conselho, assessoradas pelo GAP e sendo indicados dois membros de cada bancada, ficando o referido grupo sob a coordenação do Secretário-Executivo do CODEFAT. Em seguida, o Conselheiro Titular Representante da CNI, Sr. Lourival Novaes Dantas, considerou muito importante a colocação do Ministro Jaques Wagner quanto à sua preocupação e interesse em participar do Conselho de modo a trazer as preocupações de uma política nova e de diálogo. Concordou plenamente com as palavras do Conselheiro da CNF, na busca da participação não só do GAP como de outras pessoas nas respectivas entidades e sugeriu que a indicação dos membros fosse previamente analisada dentro de cada entidade representada no CODEFAT. A seguir, o Conselheiro Suplente Representante da Força Sindical, Sr. Luiz Fernando de Souza Emediato, saudou as palavras do Ministro e do Conselheiro do MTE, ressaltando que a necessidade de aprimorar os programas e integrá-los era fundamental, uma vez que a integração da qualificação com a intermediação de mão-de-obra e o seguro-desemprego era previsto em lei. Considerou que o número de programas realizados no âmbito do FAT era grande, sugerindo a criação de subgrupos de discussão. Lembrou, ainda, referindo-se ao SINE, que havia um grupo de trabalho, coordenado pela Professora Maria Cristina Cacciamali da FIPE e pela anterior Secretária-Executiva do CODEFAT, Sra. Fátima Bayma, que se encerrou com a recomendação de contratação de uma entidade para repensar o PLANSINE, esclarecendo que na época foi decidido aguardar a instalação do novo governo. Ressaltou a importância de se resgatar a memória do relatório daquele grupo, que poderia vir a subsidiar os trabalhos desse novo grupo de estudo, bem como uma pesquisa do IBASE referente ao PROGER e, também, uma avaliação do PLANFOR. Destacou que o Programa PLANFOR deveria ser totalmente reformatado, podendo ser suspenso até se chegar a um caminho com mais qualidade com relação às suas metas. Considerou uma tragédia social se parassem as atividades referentes ao pagamento e habilitações do Programa do Seguro-Desemprego e do SINE. Quanto à criação de um grupo de trabalho especial, sugeriu que deveria integrá-lo um representante do Ministério da Educação e, também, um representante do Ministério da Fazenda, esclarecendo que a participação daqueles representantes seria em temas específicos. Sugeriu, ainda, quanto ao controle e fiscalização, que se pensasse em uma maneira de fazê-los durante a execução dos convênios. O Conselheiro Suplente Representante da CUT, Sr. Juraci Moreira, observou que a necessidade de reformatação dos programas estava muito clara para todos, questionando como ficariam com os programas e as ações em curso enquanto o grupo elaborasse o estudo e apresentasse uma nova proposta, se estariam condicionados ao novo modelo ou se prosseguiriam normalmente. O Presidente esclareceu que a pergunta seria respondida posteriormente e passou a palavra à Representante do FONSET, Sra. Dulce Tanuri, Secretária de Trabalho do Distrito Federal. A Representante do FONSET pleiteou a participação do Fórum na composição do grupo de trabalho em questão. O Conselheiro Titular Representante da CNC, Sr. Luiz Gil Siuffo Pereira, considerou fundamental a proposta de reformatação dos

programas, corroborando com a idéia do Conselheiro da CNF quanto à constituição do grupo de trabalho. O Conselheiro Suplente Representante do MPS, Sr. Celecino Carvalho Filho, inicialmente, cumprimentou os novos Conselheiros e concordando com a proposta do Ministério do Trabalho e Emprego solicitou que a questão da previdência social fosse enfatizada durante as discussões do grupo de trabalho que iria se constituir. O Conselheiro Suplente Representante da SDS, Sr. Pedro César Aguilar Perez, ressaltou a importância de discutir o FAT como um Fundo que não sofresse diretamente influência de controle orçamentário, observando, também, que deveria ser estudada a integração do FAT com o Fundo de Garantia, como instrumento de seguridade social. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Representante da CUT no Grupo de Apoio Permanente ao CODEFAT, Sr. Bernardo Gouthier Macedo. O Representante da CUT comunicou que estaria se desligando como membro do GAP passando a integrar a equipe do Ministério da Fazenda. Relatou sobre sua participação no Grupo instituído pelo CODEFAT para acompanhar o Convênio firmado com a Fundação Banco do Brasil, mencionando três projetos que mereceriam a atenção do Grupo ao ser reinstalado, quais sejam: dois projetos na área de intermediação de emprego, um patrocinado pela CNBB e outro pela Fundação Terço Bizantino, e, um projeto na área de capacitação de empreendedores, patrocinado pelo SENAC/RJ. Concluiu, colocando-se à disposição do Ministério e do Conselho, para na condição de membro do Conselho de Administração da CAIXA, ajudar a tomar encaminhamentos que o CODEFAT julgasse pertinentes. O Presidente agradeceu a colaboração e o apoio dispensados por todos os anos nos quais o Sr. Bernardo Macedo atuou como Representante da CUT no GAP/CODEFAT. O Conselheiro da CNF, pela Bancada dos Empregadores, também registrou a colaboração do Sr. Bernardo Macedo, destacando sua atuação “brilhante, séria, dedicada e honesta no desenvolvimento dos trabalhos”. Retornando ao assunto do grupo de trabalho especial, o Vice-Presidente sugeriu que as discussões sobre a reformatação dos programas do FAT fossem efetuadas no âmbito do GAP, o qual já possuía estrutura tripartite, observando que no decorrer dos trabalhos poderiam ser criados grupos específicos para as questões, que poderiam ser de curto, médio e longo prazo. O Conselheiro da CNI indagou sobre a possibilidade de substituição do Representante da sua entidade no GAP, obtendo resposta positiva por parte do Presidente do Conselho. O Conselheiro Titular Representante da CNA, Sr. Rodolfo Tavares, observou que, em conformidade com o Regimento Interno do Conselho, não seria prudente a substituição dos membros do Grupo de Apoio Permanente, devendo-se manter o GAP para realização dos trabalhos ou o próprio Grupo constituir subgrupos, conforme previsto no Regimento. Após breve discussão, foi decidido que seria criado grupo especial para debater sobre o tema, solicitando o Presidente que cada instituição fizesse a indicação de seus representantes, sendo admitida a presença de técnicos, quando necessário. Oportunamente, o Presidente lembrou que o referido grupo deveria analisar inicialmente as questões emergenciais, como a questão do PLANSINE, que se encontrava atualmente sob convênio emergencial, solicitando à Secretaria Executiva que estabelecesse datas de início e fim para a conclusão dos trabalhos do grupo especial a ser

constituído. O Conselheiro da CNA registrou, então, que a criação do grupo tinha por base o inciso V, do artigo 15, do Regimento Interno do CODEFAT, e sobre a questão do PLANSINE, o Conselheiro sugeriu que fosse renovado por mais três meses o convênio efetuado para esse Programa, a fim de garantir a manutenção dos recursos. O Presidente informou sobre a impossibilidade dessa prorrogação, em virtude do contingenciamento proposto pelo Governo Federal. O Vice-Presidente do CODEFAT observou que o PLANSINE e o PLANFOR continuariam caminhando através de convênios separados durante o ano de 2003, até que fosse concluída a reformatação proposta. O Conselheiro da Força Sindical externou as dificuldades dos SINES, Estaduais e Parcerias, frente à questão do contingenciamento, solicitando um estudo da viabilidade de excepcionalização do Fundo de Amparo ao Trabalhador em relação às restrições orçamentárias propostas pelo Governo. Sugeriu, ainda, a criação de um grupo de trabalho para proceder ao acompanhamento da execução dos recursos contingenciados ou a delegação dessa tarefa ao grupo que estaria sendo constituído para reformatação dos programas do FAT. O presidente solicitou à Secretaria Executiva do CODEFAT que estudasse uma maneira de o CODEFAT atuar junto ao governo para acompanhar as ações referentes ao contingenciamento. O Vice-Presidente observou que esse acompanhamento poderia ser efetuado pelo grupo de trabalho especial constituído visando a reformatação dos programas, de modo a estabelecer sugestões à própria direção do MTE. O Presidente finalizou, esclarecendo que o Ministério do Trabalho e Emprego se encarregaria de repassar ao Conselho as informações pertinentes. Quanto à conclusão do ITEM 5, foi aprovada a edição de resolução instituindo Grupo de Trabalho Especial, composto por representantes do MTE e representantes da Bancada dos Trabalhadores e dos Empregadores, com objetivo de elaborar estudos para reformatação institucional de todos os programas do FAT, sob a coordenação do Conselheiro Representante do MTE no CODEFAT. A seguir, o Presidente inverteu a Pauta, passando ao Item V – INFORMES. ITEM 7 – Prestação de Contas: Abono Salarial – PIS e PASEP, exercício 2000/2001 e Seguro-Desemprego, exercício 1999. Esclareceu que os documentos relativos às Prestações de Contas estariam sendo encaminhadas ao GAP para análise, passando, em seguida, a palavra ao Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Carlos Augusto Simões Gonçalves Junior, para prestar informe sobre diárias e passagens. O Secretário-Executivo informou que, dada a necessidade de corte de custos, foi determinada a utilização de passagens somente na tarifa promocional e o pagamento das diárias seriam correspondentes ao período das reuniões do Conselho, ressaltando que aquele procedimento passaria a ser utilizado em todas as reuniões do Conselho até que houvesse alguma outra orientação quanto aos referidos critérios. III – APRESENTAÇÃO. Retornando à Pauta, o Presidente passou a palavra ao Representante do IBGE, Sr. Luiz Eduardo de Mendonça, para exposição do ITEM 6 – Apresentação dos Resultados Finais do Censo Sindical 2002. O Representante do IBGE, primeiramente, agradeceu a oportunidade dada ao Instituto de estabelecer um convênio com o MTE com a interveniência do CODEFAT e, também, todo o apoio dado à realização da Pesquisa. Anunciou a presença do novo Presidente do IBGE, Sr. Eduardo

Pereira Nunes, e, em seguida, passou a apresentar um painel da Pesquisa Sindical. Esclareceu que a Pesquisa tinha um texto analítico com 97 páginas, onde se procurou trabalhar os principais resultados. Sobre a estrutura sindical informou que as tabelas eram trabalhadas observando a tipologia do sindicato, urbanos e rurais, e entre os sindicatos de empregados e empregadores, considerou-se também uma classificação com base na CLT, obtendo um recorte na Pesquisa em categorias econômicas de profissionais, agregação de categorias e agregação de grupos de categorias. Continuando, observou ter, ainda, um recorte de abrangência de base territorial. Quanto à evolução e estrutura do sindicato, destacou o seguinte: os sindicatos continuavam crescendo no país, no período 1991 a 2001, obtendo a taxa média anual de crescimento de 3.3, ainda que com um ritmo inferior ao período 1987 a 1991, esclarecendo que no último período ainda existiam pesquisas sindicais. Sobre o crescimento de sindicatos, destacou: 1) o crescimento de sindicatos urbanos foi superior ao crescimento dos sindicatos rurais, 4% como média no período 1991-2001, em relação a 2.2% dos sindicatos rurais; 2) segundo o tipo de sindicato, observou-se que no decênio 1991-2001, o crescimento em termos de participação na estrutura sindical foi de 60 para 64% de sindicatos urbanos, seja de empregadores ou de trabalhadores, enquanto os sindicatos rurais apresentaram um decréscimo de 40 para 36% em termos de número de sindicatos; 3) no meio rural tanto os sindicatos de empregadores quanto os de trabalhadores apresentaram, em termos de participação no total de sindicatos, uma queda persistente no período de 1997 a 2001; 4) quanto aos grupos de profissionais, agregação de categorias profissionais, observou haver um acréscimo de 49% dos sindicatos. Desse acréscimo, 79% foi de sindicatos de trabalhadores, com uma taxa média de crescimento de 3.7% ao ano no período, sendo responsáveis por 58% desse acréscimo os trabalhadores da agricultura e os servidores públicos. O transporte rodoviário explicava 12% do acréscimo do número total de sindicatos de trabalhadores. Os grupos mais heterogêneos, turismo e hospitalidade, empregados e agentes autônomos do comércio, juntos, respondem por 9% do acréscimo do número de sindicatos de trabalhadores no período. Quanto aos sindicatos da indústria observa-se o menor ritmo de expansão no período, uma taxa média de 1.2% ao ano. Quanto aos sindicatos de empregadores destacou que a taxa média de crescimento anual no período foi de 2.2%. Sobre o número de associados e trabalhadores na base destacou que a taxa de sindicalização no período 1990-2001, em relação às pessoas ocupadas, foi de estabilidade, mantendo o mesmo patamar de 26% em 1990 a 2001. Continuando, o Representante do IBGE destacou: 1) quanto às negociações coletivas de trabalho: 53% dos sindicatos realizaram negociações em 1991 e praticamente se manteve estável essa realização de negociações em 2001; o dissídio caiu de 33% em 1991 para 12% em 2001, demonstrando uma maior maturidade na relação entre empregadores e empregados; 2) quanto à representatividade e participação: a participação das mulheres cresceu na vida sindical, mas, ainda não acompanhava a participação das mulheres em termos de mercado de trabalho; 3) quanto aos sindicatos, segundo o sexo: o percentual de sindicato com diretoria exclusivamente masculina, caiu de 50% para 34%; o percentual de sindicatos com diretoria mista, subiu de 49% para 64%; o

percentual de sindicatos presididos por mulheres, cresceu de 6% para 10%; o percentual de sindicatos com mulheres no cargo de primeira secretária, subiu de 14% para 24%; e o percentual de sindicatos com mulheres no cargo de 1ª tesoureiro, cresceu de 10% para 16%; 4) quanto aos sindicatos de empregadores como instituição jurídica das empresas associadas, observou-se o seguinte: 66% dos sindicatos têm mais de 60% de empresas de sociedade limitada; 5) quanto aos empregadores rurais, observou-se que o percentual de sindicatos com mais de 60% de pessoas físicas, seriam 96% dos sindicatos; 6) quanto ao perfil da direção, destacou que todo presidente tinha mais de dez anos de sindicalismo, tendo como padrão de seis a dez anos de diretoria; 6) quanto à questão das comissões municipais ou estaduais de emprego, destacou que 24% dos sindicatos brasileiros tinham conhecimento da existência de comissões municipais ou estaduais de emprego, considerando-o um percentual baixo, e que apenas 13% delas, participavam das comissões; 7) quanto à comissão de conciliação prévia, criada em 2000: 28% dos sindicatos tinham conhecimento e apenas 11% dos sindicatos participavam dessas comissões; 8) quanto ao funcionamento da máquina sindical, destacou que: a) 66% dos sindicatos possuíam pelo menos um funcionário com carteira de trabalho assinada, demonstrando que 44% estavam sem carteira de trabalho assinada; b) observou haver um processo de terceirização em termos de contratação de alguns serviços, 24% contratavam serviços administrativos, 78% serviços contábeis, 31% serviços de informática, 30% serviços de divulgação e propaganda, 67% serviço advocatício e 34% serviços gerais; c) nos sindicatos que possuíam trabalhadores, predominava um quadro não superior a cinco funcionários; d) dos serviços prestados aos associados: 66% dos sindicatos prestavam serviços jurídicos a associados e 50% prestavam serviços ou convênios médicos e odontológicos; e) cursos de habilitação e qualificação prestados pelos sindicatos: 44% dos trabalhadores urbanos, 17% dos trabalhadores rurais, 38% dos empregadores urbanos e 21% dos empregadores rurais, sendo principalmente oferecido pelos sindicatos dos trabalhadores urbanos curso básico de informática e pelos sindicatos dos trabalhadores rurais, cursos ligados à agricultura e à pecuária; f) contribuição sindical obrigatória: 70% dos sindicatos de trabalhadores urbanos arrecadavam a contribuição sindical obrigatória e na área rural, 54%; g) grau de informatização do sindicato: 50% dos sindicatos informaram que tinham o cadastro de associados informatizado, 22% informaram que tinham micro computador ligado em rede interna (intranet, homepage, e-mail); h) filiação a entidades civis e centrais sindicais: apenas 7% são filiados ao DIESE, 2% ao DIAPS e 0.4% ao DIESAT. Destacou que a proporção de sindicatos de trabalhadores filiados às centrais sindicais aumentou de 30% para 38% entre 1991 e 2001. Desses 38%, 52% do total de associados são filiados às centrais. Quanto aos trabalhadores na base filiados às centrais, esses totalizavam 51%. Prosseguindo, observou que o percentual de sindicatos de trabalhadores por filiação às centrais sindicais era: CUT, 65%, Força, 19%, SDS, 7%, CAT, 2% e CGT, 5.5%. Em termos de trabalhadores na base, CUT, 62%, Força, 22.4%, SDS, 8.7%, CAT, 1.2% e CGT, 4%. Concluindo, informou que a Pesquisa procurou traçar um pequeno perfil das centrais sindicais: predominância por tipo de sindicatos, predominância quanto a registro no Ministério do Trabalho e Emprego,

predominância quanto ao tamanho de sindicatos, predominância quanto ao grande grupo profissional e predominância quanto à região. O Representante do IBGE desculpou-se pela rapidez, esclarecendo que procurou respeitar o tempo delimitado pelo Presidente, destacando que a pesquisa era rica em informações, tendo sido apresentado apenas um painel para dar uma idéia do seu conteúdo. O Presidente do CODEFAT agradeceu ao trabalho do IBGE e à presença de seu Presidente à reunião, solicitando que as planilhas apresentadas fossem distribuídas aos Conselheiros. Em seguida, o Conselheiro da SDS registrou que, independente das divergências metodológicas de trabalho, a Social Democracia Sindical parabenizava o IBGE pela realização do trabalho, desejando que aqueles dados refletissem democraticamente a representatividade de cada instituição. O Conselheiro da CNA registrou sua satisfação em estar participando daquele evento, agradecendo, em nome da Confederação, ao IBGE pela sua competência e pelo trabalho realizado. A seguir, o Presidente informou aos presentes o horário da divulgação dos resultados do Censo Sindical pelo Sr. Ministro do Trabalho e Emprego e solicitou ao Conselheiro da Força Sindical que verificasse junto a sua Central a indicação do representante titular no CODEFAT, uma vez que encontrava-se vaga a titularidade da representação da Força Sindical no Conselho. Encerramento: Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, o Presidente declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu, Carlos Augusto Simões Gonçalves Junior, Secretário-Executivo do CODEFAT, lavrei a presente Ata, que, após aprovada, será assinada pelo Presidente, demais membros do Colegiado e por mim.

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Presidente e Conselheiro Titular Representante da CGT

REMÍGIO TODESCHINI
Vice-Presidente e Conselheiro Representante Titular do MTE

CARLOS AUGUSTO SIMÕES GONÇALVES JUNIOR
Secretário-Executivo

MARIA ISABEL REZENDE ABOIM
Conselheira Suplente Representante do BNDES

CELECINO DE CARVALHO FILHO
Conselheiro Suplente Representante do MPS

EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro Suplente Representante do MAPA

JURACI MOREIRA SOUTO

Conselheiro Suplente Representante da CUT

LUIZ FERNANDO DE SOUZA EMEDIATO

Conselheiro Suplente Representante da Força Sindical

PEDRO CÉSAR AGUILAR PEREZ

Conselheiro Suplente Representante da SDS

LOURIVAL NOVAES DANTAS

Conselheiro Titular Representante da CNI

LUIS GIL SIUFFO PEREIRA

Conselheiro Titular Representante da CNC

RODOLFO TAVARES

Conselheiro Titular Representante da CNA

ALENCAR NAUL ROSSI

Conselheiro Suplente Representante da CNF